

Este trabalho tem por objetivo mostrar a contribuição da Psicologia na Educação.

Até a década de 50, a Psicologia ocupou um lugar privilegiado no cenário educacional brasileiro. Contudo, a relação entre a Psicologia e a Pedagogia tem passado por sérios questionamentos. A Psicologia caiu em desprestígio, desde que se constatou o modo reducionista de sua atuação na Educação e também a inadequação de algumas teorias psicológicas tomadas como ponto de referência exclusivo para os educadores. Por isto, surgiram diversas tentativas de melhoria do ensino no Brasil, alternando-se a predominância de um ou de outro fator determinante do processo educativo.

A partir da década de 60, os condicionantes sociais da educação começaram a superar os procedimentos psico-pedagógicos, na expectativa de serem conseguidas grandes mudanças na escola brasileira. Não obstante o empenho de pedagogos, a substituição da Psicologia da Educação por outros fatores ou campos do conhecimento não tem conseguido equacionar os problemas educacionais do Brasil. A complexidade da prática educacional requer a articulação transdisciplinar das diversas áreas do conhecimento que a constituem.

Em decorrência destas reflexões e tendo como ponto de partida a convicção de que a Psicologia deve participar no processo educativo, de modo articulado com outros fatores, decidi realizar este trabalho sobre a relação entre a Psicologia e a Educação, objetivando mostrar sua contribuição para a melhoria do ensino sobretudo da 1ª à 4ª série do 1º grau.

O trabalho inicia-se com a análise da relação acontecida ao longo da história entre a Psicologia e a Educação (Capítulo I), destacando tanto a perspectiva psicológica da obra de grandes filósofos, teóricos e educadores de séculos passados, quanto a influência que as correntes psicológicas mais recentes (século XX) passaram a exercer sobre a prática educativa. A partir desta análise histórica, pode-se verificar em que consiste a contribuição da Psicologia à educação e quais as razões da crise surgida na relação entre as mesmas.

Partindo do pressuposto da necessidade de uma adequada compreensão do conhecimento - parte nuclear dos processos de aprendizagem —, o Capítulo II descreve as correntes tradicionais explicativas da construção do conhecimento (racionalismo e empirismo) e apresenta um terceiro modelo alternativo que surgiu para corrigir as distorções e inadequações dos modelos anteriores.

¹ Professora da PUC-Rio e do ISE –Censa (Instituto Superior de Educação). Religiosa salesiana, doutorou-se em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio. Mestre em Psicologia da Educação pela FGV-RJ. Especializou-se em Espiritualidade pela Universidade Pontifícia Salesiana (UP.S) de Roma. É autora de artigos em revistas e capítulos em livros. Tem ampla experiência no setor educacional e pedagógico, como professora, coordenadora pedagógica e diretora. Atividades pastorais, grupos de aprofundamento teológico e de pesquisa/publicação e também projetos sociais fazem parte do seu currículo.

Interagindo com outras áreas, é decisiva a participação da Psicologia neste processo.

O Capítulo III apresenta os elementos principais da Epistemologia Genética de Jean Piaget. A elaboração de um modelo de construção do conhecimento que supera o reducionismo dos racionalistas e dos empiristas tem contribuído para resgatar o papel da Psicologia no processo educativo. Por isto a teoria piagetiana tem fundamentado diversas experiências surgidas no Brasil, a partir dos anos 80. A complementação oferecida à Psicogenética pela Psicologia histórico-crítica, liderada por Vygotsky e os recentes trabalhos de neo-piagetianos são indicados como fatores que provocaram um significativo resgate do construtivismo-interacionista.

O capítulo IV relata os aspectos principais de uma bem sucedida experiência realizada no Colégio Auxiliadora de Campos dos Goitacazes - RJ - onde se conseguiu uma significativa mudança qualitativa dos procedimentos pedagógicos pela implantação da postura construtivista nas primeiras séries do 1º grau.

A conclusão recolhe alguns depoimentos de membros da comunidade educativa da Instituição pesquisada, comprovando o êxito da experiência. Destaco também algumas considerações sobre o significado de uma relação harmônica entre Psicologia e Pedagogia, no conjunto transdisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento que são decisivas na dinâmica do processo educativo..

Na expectativa de que muitos e muitas se animem na leitura do livro, passo a fazer algumas considerações sobre o conteúdo do mesmo. O objetivo é que esta leitura provoque reflexões individuais e comunitárias que venham a contribuir com um compromisso efetivo com atitudes educativas, pedagógicas transformadoras do processo educacional no Brasil.

A escola de 1º grau no Brasil –(podemos estender esta reflexão aos diferentes níveis educacionais do Brasil)- tem passado por sucessivos períodos de crise, constituindo verdadeiro desafio aos pedagogos e professores. Mais recentemente, agravou-se a situação porque a escola elitista, que fundamentava seu trabalho em modelos estrangeiros, tornou-se cada vez mais inadequada a um novo tipo de clientela que, devido à pressão de classes trabalhadoras, conseguiu ocupar os bancos escolares. Houve mudança qualitativa e quantitativa no alunado que emergiu de um *controvertido* processo de democratização do ensino que desafia a escolarização.

De fato, nas últimas décadas constata-se que, por um lado, a *crença generalizada na ascensão social pela escola* (Cf. Paschoal Leme, 1983) motivou a procura da escolarização e fez crescer a oferta de oportunidades educacionais. De outra parte, porém, sabe-se que milhões de crianças, adolescentes e jovens brasileiros não conseguem acesso ao espaço escolar. E os que ingressam na Escola nem sempre conseguem completar os estudos. Tudo isto porque a estrutura educacional brasileira não sofreu mudanças expressivas que garantam

a melhoria do ensino. A escola não se preparou para receber e educar a nova clientela de 1º grau que a deixou perplexa.

A situação de crise em que se encontra o ensino no Brasil não é recente. Já em 1934, Lourenço Filho, apresentando os resultados obtidos no primeiro levantamento estatístico global da situação do ensino, depois da revolução de 30, dizia:

O que mais impressiona não é só a taxa de crianças em idade escolar, fora das escolas. Para oito milhões de crianças nestas condições, não foi surpresa saber-se que pouco mais de 2 milhões estão arroladas nas escolas. Mas, a frequência não chega a 70%. E sobre frequência assim reduzida, a deserção é sintoma impressionante. Mesmo para o ensino fundamental comum, a taxa dos alunos que chegam a terminar o curso não atinge a 61%. O rendimento efetivo real do ensino primário no Brasil é, pois, dos mais pobres em todo o mundo, à vista da deserção (Cf. Lourenço Filho, 1934).

As condições educacionais ainda não mudaram muito porque, além da insuficiência de escolas para o atendimento da demanda populacional, constata-se que a escola de 1ª à 4ª série é deficiente e inadequada tanto no que se refere à ótica cultural, quanto à ótica social e psico-pedagógica. Não exageramos, ao afirmarmos que a escola brasileira tem produzido mais fracasso do que sucesso porque marginaliza a maioria do ensino de boa qualidade, porque não leva em conta interesses, problemas, dificuldades, possibilidades da criança brasileira concreta, porque valoriza sobretudo os conteúdos que estão nos livros, trabalhando-os de modo ineficaz, em detrimento das experiências dos alunos que vão se distanciando daquilo que a escola ensina e se tornando *incapazes* de aprender aquilo que lhes é imposto.

Desconhecendo quem são seus alunos, os professores exigem disciplina, obediência, esforço de atenção na reprodução do que lhes é apresentado. Esquecem sua independência, sua capacidade criadora e prática de resolver problemas e, quase sempre, não os desafiam para a construção consciente, crítica e científica do saber, deixando-os permanecer acomodados, sem possibilidades (ou condições) de assumir um processo de transformação e de desenvolvimento pessoal e grupal.

O quadro realmente dramático das condições de ensino de 1ª à 4ª série, no Brasil é agravado pelo tipo de formação que o professor recebe, uma vez que se apresenta alienado quanto ao conhecimento da criança, quanto ao conhecimento de sua sociedade, de seus valores culturais, quanto aos requisitos científicos, técnicos, psico-pedagógicos indispensáveis e uma efetiva e eficiente inserção profissional.

Neste contexto, de ineficácia da Escola de 1º grau, no Brasil, têm surgido muitas discussões em torno da questão: *qualidade do ensino*. São vários os pontos de vista, as interpretações e as teorias sobre a culpabilidade da inadequação do ensino de 1º grau no Brasil. Alguns educadores chegam a projetar a culpa do fracasso educacional brasileiro nos próprios alunos, rotulando-os de incompetentes, especiais, excepcionais, carentes, deficientes,

incapazes, privados de cultura (quando de condição social inferior) e de irresponsáveis e acomodados (quando de camadas privilegiadas). Mas, de modo geral, é sobre o professor que recai, mais frequentemente, a culpa pelo fracasso escolar. Sem direito, às vezes, de selecionar o que deve ensinar, trabalhando em situações precárias, sem a devida preparação técnico-profissional, o professor de 1ª à 4ª série é pago para executar currículos preparados em nível de gabinete.

Naturalmente, existem gravíssimos problemas de ordem conjuntural e estrutural, problemas sociais, econômicos e políticos que também são causas do fracasso do ensino de 1ª à 4ª série e do mau desempenho dos professores. Um dos graves desafios advindos desta situação é o da construção de uma nova escola, que compreenda e se adapte à realidade do aluno e responda às exigências de qualidade e eficácia do processo de ensino-aprendizagem.¹⁸

Nesta difícil trajetória da educação no Brasil, têm surgido também muitas tentativas de solução, alternando-se a predominância de um ou de outro fator determinante do processo educativo. A partir da década de 60, diversas propostas educacionais movimentaram o cenário brasileiro, na expectativa de transformações profundas.

Em alguns momentos, emergiram, então, os condicionantes sociais da educação, provocando maior realce às questões sociais e à função social e política da escola. Neste contexto, os aspectos psicológicos passaram a ser pouco ou quase nada valorizados, uma vez que as realidades sociais passaram a predominar. O grande problema de fortalecimento da escola pública tornou-se bandeira de luta de todos os educadores conscientes e engajados nas questões de interesse nacional. A qualidade dos procedimentos pedagógicos foi relegada ao segundo plano, enquanto crescia a demanda pela gratuidade do ensino, por melhores condições salariais do professor e pela educação democrática. Um dos papéis principais do educador passou a ser a contribuição para a eliminação de desigualdades sociais e o empenho pela mudança das estruturas sociais. O compromisso de participação no projeto educacional brasileiro incluía, de um lado, a rejeição de modelos teóricos elaborados em países mais desenvolvidos e, de outra parte, reforçava a responsabilidade pela organização política das classes populares, pela transformação das relações sociais e pela preparação de cidadãos críticos e engajados nas questões sociais.

Apesar do empenho de inúmeros educadores, as diversas alternativas de solução propostas não têm encontrado o êxito esperado e desejado. Exercendo há mais de trinta anos a missão-profissão de educadora, não posso ficar alheia aos sucessivos períodos de crise pelos quais tem passado a escola de 1º grau no Brasil. Desde que venho me interessando pela busca de um caminho educacional mais adequado à realidade brasileira, como professora de Fundamentos da Educação, preocupo-me com a maneira como são conduzidos os cursos de Formação de Professores e com a qualidade do trabalho docente das primeiras séries do 1º grau.

Além de outras lacunas, constato certa tendência a abandonar, a rejeitar e até mesmo a excluir a Psicologia da tarefa educacional pelo fato de, em diversos momentos de sua trajetória, o sistema educacional brasileiro, perpassado de psicologismo e de maléficos resíduos dessa tendência, não ter encontrado a maneira mais adequada para trabalhar pedagogicamente com a criança e com os jovens brasileiros.

Parece-me ser este um grande equívoco, se considerarmos a complexidade da prática educacional que deve ser trabalhada em sua totalidade através do diálogo e da articulação transdisciplinar das diversas áreas do conhecimento que a constituem.

De acordo com a experiência adquirida enquanto professora de Fundamentos da Educação, julgo igualmente grave tanto a desconsideração dos problemas de ordem conjuntural e estrutural (sociais, econômicos, culturais e políticos) quanto a exclusão da psicologia da dinâmica do processo educativo.

Em decorrência das reflexões desenvolvidas anteriormente sobre a dramática situação educacional brasileira e tendo como ponto de partida a convicção de que a Psicologia é um entre outros fatores determinantes do ato educativo, decidi realizar este trabalho sobre: **A Psicologia e a Educação**, objetivando mostrar que a Psicologia deve incluir-se no processo educativo e pode contribuir para a melhoria do ensino nas escolas do Brasil.

Não obstante reconhecer a importância da Psicologia, não defendo apenas sua predominância nas questões educacionais, porque reconheço a relevância dos diversos outros fatores (sociais, econômicos, políticos, culturais, antropológicos). Somente numa interação equilibrada e harmônica poderão as diversas áreas do conhecimento contribuir com a Pedagogia, no encaminhamento do processo educativo, considerado tanto no seu mais amplo sentido como também no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem.

Apresentando as contribuições da Psicologia ao processo educativo, indico também alguns inconvenientes de teorias psicológicas, tanto por se apresentarem inadequadas à realidade, quanto por serem instrumentalizadas por ideologias que distorcem os objetivos educacionais.

Dando, pois, realce ao fator psicológico da educação, não elimino o significado de outras áreas do conhecimento igualmente importantes. O êxito na educação depende de uma consistente transdisciplinaridade que garanta uma abordagem completa do fenômeno educativo, na sua totalidade.

O recorte que faço neste trabalho destacando as contribuições da Psicologia à Educação se prende ao fato de ainda não ter sido superado totalmente o desprestígio em que esta ciência caiu devido à maneira reducionista, descontextualizada, acrítica e improvisada pela qual foi utilizada nos ambientes educacionais. A solução para esta questão parece encontrar-se na inclusão e não na exclusão da Psicologia da globalidade do processo educativo. Associada às outras ciências, a Psicologia poderá exercer, de modo eficaz, sua função de sustentadora do ato educativo.

Apesar de apresentar a influência de diversas correntes psicológicas sobre a Educação, destaquei o construtivismo interacionista que, a partir da década de 80 tem fundamentado numerosas experiências que intentam melhorar a qualidade do ensino fundamental no Brasil. Entre estas experiências, situa-se a que é descrita no capítulo IV do trabalho: implantação da postura construtivista nas primeiras séries do fundamental do Colégio Auxiliadora de Campos, em 1991 e da qual participei como assessora.

Acredito que o livro em pauta possa contribuir para o despertar de interesse para maiores aprofundamentos nas mais atuais teorias psicológicas que contribuem para a eficácia de procedimentos pedagógicos e educacionais.

Rio de Janeiro, julho de 2017
Maria Carmen Castanheira Avelar